

A versão modelo de Palmeira dos Índios: Perspectivas e apontamentos (1960-1968)

Lourença Joyce Menezes Barbosa

Graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

De forma preliminar, o presente trabalho apresenta alguns apontamentos de uma pesquisa em andamento, cuja pretensão é pensar a cidade de Palmeira dos Índios no interior de Alagoas enquanto município “modelo” do Estado. Uma localidade que obteve fôruns de modelo por via de titulação de um órgão partícula do primeiro governo militar, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Em sua dada realidade urbana o município modelo de Palmeira dos Índios foi propagado como centro dirigente de um mundo moderno e comumente progressista no sertão alagoano, possibilitando a criação de um discurso. Tal discurso foi gestado sob o ideário de progresso e desenvolvimento em que a prerrogativa esteve centrada com o reordenar/modificar da paisagem urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização, Cidade Modelo, Progresso e Desenvolvimento.

Introdução: Cenas urbanas na pesquisa histórica

O termo cidade, o viver urbano, ao longo do tempo recebeu diversas atribuições de categorização, de classificação, de termologias, como forma de evidenciar uma localidade organizada e estruturada por um contingente populacional com distintas funcionalidades atribuídos a um espaço.

O estudo da cidade é um campo multifacetado e interdisciplinar abarcado por distintas áreas do conhecimento, a exemplos, da geografia, do urbanismo, da arquitetura e dentre outras ciências. No entanto, apenas recentemente vem ganhando espaço como objeto de investigação da pesquisa histórica, devido a processos singulares e peculiares decorridos a partir do século XIX, como é o caso da urbanística moderna e da industrialização.

Por outro lado, a historiografia brasileira ate-se a esse novo campo epistemológico quando há, em finais do século XX, uma renovação no eixo diretriz das produções historiográficas no Brasil. Passou-se abarcar novas temáticas, técnicas, métodos, permitindo assim, ampliar as demandas do conhecimento histórico e sanar algumas deficiências da escrita tradicional da História.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

De acordo com o historiador Charles Monteiro (2012), as novas produções da cidade enquanto objeto de pesquisa orientam-se não somente sobre os processos decorridos na cidade, mas, os processos ensejados pela cidade. Particularmente, no plano do simbólico, do discurso, da representação, do ideológico e etc. Novas produções passaram, a partir das dimensões supracitadas, orientar e abrir margem para outras tantas pesquisas, dando-lhes possibilidades e perspectivas; A priori, Monteiro definiu quatro grandes abordagens que perpassam esse campo de estudo, sendo “a questão técnica; a questão social; a formação de identidades sociais e a nova sensibilidade burguesa”.

Nesse sentido, Monteiro (2012) traz em “Entre História Urbana e História da Cidade: questões e debates” um apanhado das recentes produções historiográficas, entre quais, as contribuições de: Maria Stella Bresciani (1992), Margareth Rago (1997), Sandra Jatahy Pesavento (1999, 2001; 2008), Robert M. Pechman (2002), Monteiro (2007; 2012) e entre outros, estudiosos que buscaram a partir de dimensões e abordagens diferentes pensar a cidade como objeto da pesquisa histórica. Por Monteiro (2012) é acrescentado que,

Uma primeira abordagem seria a questão técnica, que refere-se às pesquisas sobre higiene, embelezamento, habitação e a criação de leis e de políticas públicas que foram elaboradas a partir do século XIX para ordenar e disciplinar os espaços da cidade. Surgia a questão social e, com ela, se cria uma nova ciência para disciplinar e planejar os usos sociais urbanos do espaço da cidade: o urbanismo. A porta técnica também reúne os projetos e planos de remodelação da cidade, que são a utopia projetiva da criação de uma cidade ideal. Um trabalho importante é a obra organizada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert M. Pechman (1996) Cidade Povo e Nação, que procura pensar na transferência de modelos urbanísticos e a sua aplicação no Brasil (MONTEIRO, 2012, p. 07).

Na concepção de Sandra Jatahy Pesavento (1996), a cidade surge como campo crítico do pensamento histórico “quando é pensada e sentida como problema”. A cidade surge no século XIX como receptáculo de grandes inovações, com a associação de um novo estilo de vida, com o acelerar da economia industrial, com a internacionalização do capitalismo. Além, do eclodir de movimentos do seguimento urbano e rural.

Um aglutinar de questões que descortinaria possíveis inadequações de estruturas antigas que comportavam as cidades do século XIX. Uma problemática a ser considerada com criticidade pelos historiadores, uma vez que, “o viver em cidades trouxera à baila uma série de demandas, ameaças e desconfortos” (PESAVENTO, 1996), as grandes cidades passaram, então a utiliza-se de planos modernos de intervenção urbana.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Os primeiros planos da urbanística moderna surgiu em uma época em que os grandes centros urbanos da Europa sofriam com o aumento populacional, com o expandir de novos bairros operários e com a insalubridade. Insalubridade causada pela falta de estrutura básica, como saneamento e iluminação pública, das ruas estreitas e tortuosas das cidades europeias em desenvolvimento do século XIX, ocasionando assim, grandes epidemias.

Medidas de intervenção surgiram como forma de resolução da questão urbana, atrelada aos problemas sanitários. Uma constatação que instituiu a higienização como principal ferramenta de combate. As medidas higienistas justificaram grandes reformas modernizantes. Segundo o historiador Fransérgio Fóllis (2004):

A higienização das cidades demandava a adoção de medidas tão amplas em seu tecido urbanístico que, no fim e ao cabo, saneá-las acabava por significar reformá-las em toda a sua amplitude. Livrar as cidades do fantasma das doenças era empresa que transcendia a competência do médico sanitaria. Tratava-se, em verdade, de replanejar as cidades, de escorá-las em novos fundamentos, de submetê-las a novas formas de organização (FOLLIS, 2004, p. 23).

A reforma urbana da cidade de Paris, conduzida pelo barão Georges Haussmann, entre 1853 e 1869, foi aclamada universalmente como verdadeiro padrão da urbanística moderna, inspirou através de três princípios orientadores, de beleza, racionalização e higienização, muitas intervenções do espaço urbano em diversas cidades do mundo. Demolição e reconstrução foram às palavras precípua do modelo modernizante da cidade francesa.

É ressaltado por Fransérgio Follis (2004) que, a nova Paris correspondeu às exigências advindas com a nova ordem vigente, dita moderna e civilizada.

Sobretudo, Fóllis (2004) explicita que, o novo projeto urbano de Paris foi conduzido de modo a excluir os pobres do centro urbano em expansão para os subúrbios desestruturados e insalubres. Evidenciando o teor ideológico da reforma, desta maneira, a abertura de extensas e largas ruas e avenidas sobre as ruínas dos velhos bairros centrais habitados pelas classes pobres, tidas como classes perigosas, além de inverter a situação, eliminaria da região central de Paris focos revolucionários potenciais (FOLLIS, 2004).

Além, da precariedade de uma estrutura, as más condições de vida e de trabalho do operariado europeu afetava diretamente a economia do país, colocando em dúvida alguns pressupostos burgueses. Pressupostos que davam suporte ao capitalismo industrial: a razão, a ciência e o progresso (FOLLIS, 2004).

A partir dos pensamentos de Fóllis (2014) é sabido que os padrões de Haussmann foram aclamados não somente pelas grandes cidades de crescimento emergente da Europa, mas, por diversas cidades do mundo, inclusive foi um projeto acalentado nos centros urbanos do Brasil em finais do século XIX e de início do século XX.

A respeito disso, Pesavento (1996) indaga que, as estruturas das cidades brasileiras, ainda de ares provincianos, apresentavam-se inadequadas às transformações modernizantes e aos florescentes preceitos de civilização burguesa. Expõe Pesavento (1996) que,

Naturalmente, a haussamannização de Paris, herdeira da utopia racionalizadora das luzes, não teria sentido na metade do século XIX em terras americanas. Mas, ao longo do século passado, um capitalismo perverso subvertia as condições de existência e sobrepunha às velhas cidades coloniais [...]. Libertando os escravos sem engajar formalmente os negros no mercado de trabalho, vendo o nascer de fábricas na urbe coabitar com um mundo rural bem próximo, que preservava o latifúndio intocado, do Brasil o século XIX presenciou os esforços de um estilo burguês de vida em afirmar-se sem que o *ethos* escravocrata fosse banido (PESAVENTO, 1996, p. 380).

A cidade civilizada e moderna deveria ser bonita, prática e higiênica, um projeto acolhido nos centros urbanos brasileiros que estavam em pleno desenvolvimento e expansão. O primeiro e grande exemplo de modernização urbana no Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, depois do Rio, vários centros urbanos de crescimento emergente, como São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Porto Alegre e outros, passaram a adotar planos urbanísticos em sua modernização (FOLLIS, 2004, p. 15).

Cabe salientar, de acordo com Follis (2004), as reformas urbanísticas com elaborados planos e renomados profissionais da arquitetura, do urbanismo, de médicos sanitaria, no Brasil em finais do século XIX e início do XX foram destinados, de modo geral, aos grandes centros urbanos de economia mais assídua, as capitais estatais e as cidades portuárias. A modernização urbana não caracterizou por ser uma tarefa precípua dos administradores brasileiros, cidades que, permaneciam predominantemente rural, nas décadas iniciais do regime republicano. Uma perspectiva que se modifica na segunda metade do século XX com o acelerar da urbanização no Brasil.

Segundo Follis (2004), as grandes reformas das cidades europeias serviram de modelo, inspiração, para boa parte dos grandes centros brasileiros, contudo, o fenômeno da urbanística moderna no Brasil adotou particularidades e singularidades próprias, inscrita em realidades históricas diversas, a modernização urbana apresenta diferenças importantes, pois uma cidade

não se submete a um modelo sem modificá-lo (FOLLIS, 2004, p. 19). Para tanto, antes das grandes reformas modernizantes de cidades como Paris, Nova York e Londres, a exemplos, algumas cidades brasileiras já haviam incorporado algum grau modernizante em sua estrutura.

Nessa perspectiva, por Fóllis (2004) é problematizado as produções historiográficas sobre este campo de estudo, a urbanística brasileira em seu estágio de modernização apresenta processos semelhantes, mas, não iguais. Segundo o mesmo, há uma generalização nas concepções de uma historiografia tradicional ao se pensar o processo da urbanística, uniformizando-o os processos, atribuindo às cidades interioranas a mesma perspectiva das capitais e grandes centros, ou mesmo, não há trabalhos destinados a estas localidades, fora do eixo capital/grande centro, limitando e inibindo, assim, o conhecimento sobre estas realidades históricas.

Follis (2004) ressalta que as transformações urbanas adequassem às contrastantes realidades e seus contextos e, não definem-se somente em decorrência de transformações infra-estruturais, mas também subordinados à mentalidade e às necessidades da época (MONTEIRO, 2012, p. 19).

Uma perspectiva que serviu de pressuposto a este trabalho para pensar em âmbito local a cidade de Palmeira dos Índios/AL em detrimento de uma determinada ordem social, em que o urbano foi pautado como prerrogativa progressista.

Entre o urbano e o progresso: Palmeira dos Índios, o município modelo de Alagoas, 1960-1968

Em distintas produções (artigos, dissertações, monografias, livros memorialísticos e literários) é possível encontrar breves referências de Palmeira dos Índios como um município progressista e desenvolvido, uma cidade modelo durante a década de 1960. Contudo, não há estudos aprofundados sobre a questão, estudos que se dediquem propriamente a compreensão do que constituiu e consubstanciou a ideia de Palmeira dos Índios como um município modelo em Alagoas, ou mesmo, entender a vivência e as muitas imagens de uma localidade com fóruns de modelo. Para tanto, este artigo cumpre o papel de apresentar algumas considerações iniciais e apontamentos pertinentes sobre a questão.

A territorialidade que ocupa atualmente a cidade de Palmeira dos Índios outrora foi ocupada por um aldeamento dos índios Xucurus-Kariri, como visto em Peixoto (2013). Souza e Verçosa (2010) expõem que, o processo de ocupação da região do planalto da borborema ocorreu de semelhante maneira a outras localidades do Brasil a partir de uma perspectiva do

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

projeto português de civilização. Palmeira dos Índios pela recente reorganização geográfica do IBGE está situada no agreste alagoano, no entanto, até a segunda metade do século XX pertenceu territorialmente ao sertão de Alagoas, uma reorganização suscitada por Andrade (2010) e Barros (2018).

Ao abordamos a vivência de Palmeira dos Índios na primeira metade do século XX, lugar privilegiado para pensar as grandes reformas modernizantes, a partir dos relatórios de governo de 1929 e 1930, do jornal “*O Índio*” e do código de conduta produzidos por Graciliano Ramos enquanto prefeito e morador da localidade é possível arrolar que, Palmeira dos Índios conteve muitas das características eminentes de uma primeira república. Localidade marcada pela figura do coronel, pelos grandes proprietários de terra, de população migrada, com notórios contrastes de vivência de sua população.

Por Graciliano Ramos (1930) é aludido que,

Encontrei em decadência regiões outrora prósperas, terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o Sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos (RAMOS, 1930, p.p. 352/353).

Uma localidade cotidianamente rural, de extenso território para a população que tinha e que estreitava-se no comércio de animais (Ramos, 1929/1930). Para tanto, Ivan Barros (2014) descreve a pequena cidade da seguinte maneira:

Casinhas em estilo colonial... ruas sem calçamentos... e os pés de jatobá, aroeira e oiticica, em cujos galhos, os matutos dependuravam bois e bodes, para vender ao povo, em feiras livres. E a mesmo, sob as árvores, eles efetuavam o abate e a venda dos animais, costumeiramente. À noitinha, quando a cidade preparava-se para adormecer, sob as luzes dos lampiões e lamparinas, os moços desocupados se reuniam em grupos, “para comentar as novas da cidade (BARROS, 2014, p. 256).

Contudo, não são estas características que remontam o município modelo dos anos 60 em Alagoas. Nos anos 60 na cidade, a partir de documentos constitucionais, fragmentos jornalísticos e o aporte da História oral é possível apontar que há um enobrecimento de uma realidade urbana, como será apresentado à frente.

O município modelo tratou-se de um título oriundo de um órgão partícula do primeiro governo militar, o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), promulgado no governo do então presidente Castelo Branco. Parcas são as produções dedicadas ao estudo das

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

ações e o papel que foram desempenhados pelo INDA. Por isso, foi buscado através de documentos como: leis constitucionais da União e municipal, da História oral e de jornais impressos da localidade e da capital Maceió, conhecer a instituição que nutriu a ideia de Palmeira dos Índios como um modelo de cidade em Alagoas. Além de, ampliar e aprofundar o que se sabe pela historiografia brasileira.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) foi criado dentro dos IV capítulos que regimentaram o Estatuto da terra, surge em um momento de debates intensos na sociedade brasileira a respeito da necessidade, ou não, de uma reforma agrária distributiva de terra no país. Soma-se aos efervescentes debates as problemáticas de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e as disparidades regionais, principalmente, da região Nordeste em comparado com a região Sudeste do país, São Paulo, precisamente, como visto em Medeiros e Araújo (2009).

Em meio a este contexto e com a finalidade de criar respostas para as problemáticas circuncidadas na sociedade brasileira é criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento agrário, uma vez que, a reforma agrária distributiva de terras foi cogitada como uma possível resposta para as problemáticas vivenciadas em tal contexto, como ressaltado por Regina Bruno (1995). Com isso, o INDA funcionaria de modo a instituir, promover e desenvolver políticas agrárias em âmbito nacional, sua regimentação foi dada em 31 de março de 1965 pelo decreto nº 55.890.

Um órgão provido de autonomia administrativa e financeira, gestado por um conselho e dirigido por um presidente nomeado pelo então presidente Castelo Branco. Medeiros e Araújo (2009) esclarece que,

Autarquia vinculada ao Ministério da agricultura, sua principal finalidade era estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrárias através da colonização, da extensão rural, do cooperativismo, do sindicalismo e outras formas de associação, da eletrificação rural, da revenda de material agropecuário, do desenvolvimento tecnológico e da organização e desenvolvimento de comunidades (MEDEIROS; ARAÚJO, 2009, p. 01).

O INDA carregou um latente ideário do governo central. Possibilitar um “elo” entre os eixos econômicos, o urbano e o rural, através de medidas ligadas à colonização, à extensão rural, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de comunidades, à revenda, às obras de infraestrutura, inclusive as de eletrificação rural, e à prestação de serviços (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Decreto nº 55.891, 31/03/1965).

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Contudo, o órgão não conseguiu criar condições para cumprir com as finalidades almeçadas, Medeiros e Araújo salientam (2009):

Em 1968 a inoperância do INDA deu origem a uma comissão parlamentar de inquérito, que conclui pelo fracasso do projeto colonizador. No entanto, a partir dessa época, abandonou-se progressivamente qualquer ideia de promover uma reforma agrária, passando-se a enfatizar a ocupação do território. Em 1970, o INDA e o IBRA foram extintos, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (MEDEIROS; ARAÚJO, 2009, p. 01).

Uma das medidas do INDA, antes de sua extinção, foi criar através de convênio e titulação um município modelo em cada Estado federativo de atuação. Um modelo que deveria ser referência para as demais localidades da região. Um município estruturado por um meio tecnicista e progressista pelo desenvolver de uma economia rural.

Em entrevista gravada e transcrita Ivan Barros (2018)¹ sugeriu que o projeto do INDA foi uma “iniciativa do governo federal em incentivar em vários Estados brasileiros aqueles municípios que apresentavam o Índice de Desenvolvimento Humano. O Índice de Desenvolvimento social, o índice de desenvolvimento econômico e cultural” (BARROS, 2018). Em relação à escolha do município modelo do Estado de Alagoas, Barros (2018) sugere que, “Palmeira dos Índios então recebeu essa láurea de município modelo porque era uma época que a cidade e o município cresciam assustadoramente”.

Entretanto, não é possível afirmar o critério de escolha do município modelo de Alagoas, pode-se ser sugerido algumas hipóteses que consideramos ter corroborado com a escolha do município modelo alagoano. Sendo: Se tomamos os relatos orais como referência é sabido que, o município de Palmeira dos Índios passou a desenvolver durante a década de 1960 uma economia assídua, tanto em produção agrícola, assim como, na área urbana da cidade com o concentrar de comércios, lojas e indústrias, tornando-se uma espécie de cidade polo de desenvolvimento. Outra questão seria que, o território de Palmeira dos Índios era muito extenso para a população que tinha e o INDA tinha por atividade colonizar e desenvolver atividades agrícolas nas localidades ocupadas.

Em nota do Jornal Correio de Maceió, em 17 de março de 1966, foi noticiado:

Palmeira dos Índios foi escolhido como município modelo de Alagoas para representar o Estado na reunião dos prefeitos de Municípios Modelo a ser realizada no Rio de Janeiro, no dia 11 de abril, numa promoção do Instituto

¹ Morador da cidade de Palmeira dos Índios. Foi vereador pela cidade em finais da década de 1960.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Nacional de Desenvolvimento Agrário... Na qualidade de Município Modêlo. Palmeira dos Índios receberá ajuda do INDA para seu desenvolvimento, transformando-se no Centro do sistema Município Modêlo em nosso Estado. Ajuda técnica para eletrificação rural, no setor de cooperativismo, colonização e desenvolvimento rural (CORREIO DE MACEIÓ, 17/03/1966).

Palmeira dos Índios torna-se por meio de convênio e titulação, em 16 de julho de 1966, o município modelo de Alagoas. No anteprojeto², documento proveniente da câmara municipal da cidade, resguarda em seus descritivos gerais os objetivos e atividades que deveriam guiar a figura do prefeito da cidade, o então administrador José Duarte Marques, o governador do Estado e o presidente do INDA, em buscar estruturar e integrar o município ao programa governamental da União.

A integralização e a estruturação de Palmeira dos Índios deveriam partir da comunhão entre as partes, organizando-os e buscando meios para a geração de finanças para tal. O plano geral de trabalho da União abrangeu todos os setores de atividades contemplados no orçamento-programa do governo central, assim discriminado: agropecuária; educação; indústria e comércio; assistência social, previdência e habitação; segurança pública; colonização e povoamento (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 19, Julho/1966, p. 01).

Ficou estabelecido no Anteprojeto, em seu artigo primeiro e segundo,

1. Fica autorizado o prefeito municipal de Palmeira dos Índios a assinar convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Governo do Estado de Alagoas. 2. O contrato, trilateral, firmado entre as partes, é o autêntico ANTEPROJETO contendo os termos do convênio, que objetivava a estruturação do Município Modêlo de Palmeira dos Índios (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Lei nº 19, Julho/1966).

Ao nos debruçarmos sobre os documentos disponibilizados pela câmara de vereadores da cidade é visto que poucos são os documentos (entre leis, projetos de leis e mensagens de governo) que façam referência ao INDA, além do anteprojeto, que estabeleceu o convênio.

Em seu teor, os documentos acessados na câmara municipal referente à década de 60, podem-se ser separados em três seguimentos: 1. Conjunto de leis visando o renomear de ruas da cidade; 2. Leis e projetos de leis estabelecendo aberturas de novas vias, loteamentos, construções de prédios na área central e dentre outros; 3. Abertura de convênios com órgãos governamentais.

² ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Anteprojeto de lei, nº 16 de Julho de 1966.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Há uma harmonia de perspectiva entre o teor e o direcionamento dos documentos da câmara municipal de Palmeira dos Índios com as entrevistas realizadas com moradores cidade. De acordo com Ivan Barros (2018) e Ricardo Vitória (2018), Palmeira dos Índios passou a possuir e oferecer serviços, que na perspectiva dos mesmos, as demais cidades interioranas não tinham. Demarcando uma espécie de pioneirismo e referência da cidade como um modelo.

Ao adentrar sobre esses possíveis serviços é arrolado por Vitória (2018),

Veja bem, na década de 60, Palmeira tinha agências bancárias e Palmeira dos Índios era a segunda cidade mais importante do Estado de Alagoas, né?! Palmeira dos Índios é... além de cultura, tinha bons colégios. Palmeira dos Índios era a única cidade ligada à capital por asfalto. Palmeira era a única cidade do interior do Estado ligada por asfalto à capital Maceió. [...] Em fim, então, Palmeira dos Índios tinha uma influência econômica porque aqui na região se plantava muito algodão. Palmeira tinha três usinas de algodão. A cidade de Palmeira dos Índios, tinha três usinas de algodão (VITÓRIO, 2018).

O aparecimento de serviços e o desenvolver de uma economia de base agrícola, aspectos recordado, também, por Ivan Barros (2018):

Nós tínhamos aqui no comércio mais de 300 estabelecimentos comerciais. Tínhamos uma fábrica de doce. Tínhamos duas fábricas de sabão, tínhamos duas indústrias de beneficiar algodão, nós tínhamos uma indústria de aguardente e álcool nos tínhamos uma indústria de vinagre, nos tínhamos, além de disso, uma grande renda na economia rural. Desenvolvendo-se a pecuária bovina, ovina e caprino e na agricultura, no plantio de milho, feijão, algodão, mandioca, banana... e na fruticultura caju, pinha. De modo que a cidade de Palmeira do Índios transformou-se em uma cidade modelo e progressista (BARROS, 2018).

Uma transformação em uma “Cidade modelo e progressista” visível aos olhos a partir de uma reordenação de seu espaço urbano. Segundo Barros (2018):

Palmeira dos Índios tinha a industrialização do calcário em Coruripe e lagoa do Caldeirão, Fazendo pedras de mármore, decorações de mármore, de modo que vendia bem para todo o Estado de Alagoas. A cidade em si, no aspecto urbano, modifica-se com calçamento urbano é... com praças novas modernizados, a extensão da cidade com a criação de novos bairros que existiam, como o Jardim Brasil... é São Francisco... a Vila Maria é... e Xucurus, e Tenório Cavalcante, o lote... bairro Tenório Cavalcante. E foi crescendo de uma maneira que trouxe esse título de município modelo para Palmeira dos Índios. Nós tínhamos quatro colégios que é equivalentes a uma faculdade de Direito. Nós tínhamos o Pio XII, O Cristo Redentor, O sagrada Família e o Colégio Estadual. Nós tínhamos excelentes grupos escolares. (BARROS, 2018).

Relatos orais que fazem menções a possíveis novos serviços e a concentração destes na cidade, além, de uma expansão urbana com a criação de novos bairros nos redutos da cidade. Outro aspecto, evidenciado da fala de Barros (2018) seria um possível aumento populacional. Por ele é pontuado:

Com a cidade movimentando vieram muitas pessoas estudar em Palmeira dos Índios e morar em Palmeira dos Índios. Pessoas de Cacimbinhas, Minador do Negrão, de Estrela de Alagoas, de Igaci, de Belém. Vale acrescentar que Belém, Igaci, Minador do Negrão, Estrela, Cacimbinhas pertenciam ao município de Palmeira dos Índios, depois é que essas cidades foram criadas e desmembradas do território de Palmeira (BARROS, 2018).

Podemos, assim, propor para compreensão três aspectos gerais, que surgem de forma harmônica dos relatos dos entrevistados e dos documentos que compõem o acervo da câmara municipal (projetos de leis, leis e mensagens de governo de autoria dos dois prefeitos que compuseram a administração pública durante a década de 1960, Araújo e Marques), sendo: O aumento populacional, a expansão urbana e os serviços/equipamentos auferidos na cidade.

Elementos que foram tomados como prerrogativa para propagar Palmeira dos Índios como município modelo de Alagoas, progressista e desenvolvido. Em nota jornalística do Correio do Sertão foi noticiado:

Ninguém pode obscurecer, a bem da justiça, o surto de progresso que vem dominando a nossa cidade nestes últimos anos. Os empreendimentos de ordem social, educacional e religiosa, em plena florescência e nosso meio. Apontam-nos um caminho de jus que se descortina aos nossos olhos com uma grandeza. Município Modelo das Alagoas, é esta apenas uma, entre muitas, das prerrogativas que nos unem nesta ânsia de colocar a nossa comunidade na posição a que faz jus (CORREIO DO SERTÃO, 29/10/1967).

Em outra notícia do jornal Correio do Sertão é disposto que:

Temos bons colégios, uma sociedade que louva as causas sãs, um comércio dos mais conceituais de Alagoas, somos enfim, beneficiados por uma série de fatores que aceleram a nossa marcha para o progresso. Indústrias já planejam os seus projetos de instalação neste município, abrindo desta forma, na entrada do sertão, uma nova era de desenvolvimento (CORREIO DO SERTÃO, 29/10/1967).

Uma realidade urbana foi associada pelo periódico supracitado como o momento progressista do município modelo de Alagoas; de maneira entusiasta anunciou-se:

O BAIRRO RESIDENCIAL MARCA O PROGRESSO CRESCENTE DO MUNICÍPIO MODÉLO: foi iniciada na semana que passou a construção de

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

nôvo bairro residencial em nossa cidade. O acontecimento é dos mais auspiciosos para a nossa população, não apenas sob o ponto de vista social mas também sob o ponto de vista urbanístico (CORREIO DO SERTÃO, 17/12/1967).

São quase que inexistentes referências diretas ao INDA neste processo, apenas menções rápidas; o referido progresso disposto nas falas dos entrevistados, nos documentos da administração pública e principalmente, em notas jornalísticas, fazem eco a uma produtividade advinda do campo e o desenvolvimento de uma realidade urbana. Realidade promovida pelas “prerrogativas”, o aumento populacional, a expansão urbana e o surgimento de serviços/equipamentos na área urbana da cidade.

Considerações finais

Atemos-nos, como premissa, o *pensar a cidade* e o que consubstanciou Palmeira dos Índios como município modelo no interior de Alagoas.

Por findar, o cenário que antes constituía a pequena cidade do interior alagoano, Palmeira dos Índios, passa em meados do século XX a ser associado ao progresso e ao desenvolvimento. Uma localidade titulada modelo por um órgão de caráter federal. Ao nos debruçarmos ao estudo desta realidade fica notório que quase inexistente são as interferências do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), e que se tratou de um projeto que fracassou, justamente, pela inoperância do referido órgão.

De mesma maneira, que há uma ausência das intervenções diretas do INDA, poucos são os projetos de leis e leis direcionados para o campo neste período, já que, o progresso aludido pelos entrevistados e por notas jornalísticas do município modelo tem por eloquência o favorecimento de uma economia agrícola.

Contudo, a cidade foi promovida e difundida por seguimentos do poder político e econômico como uma localidade modelo, referenciada por seus atributos modernistas. Atributos promovidos por uma vivência urbana, idealizada e forjada na pequena cidade interiorana. Visível aos olhos pelas modificações em sua paisagem urbana devido a criação de novos bairros, a criação de loteamentos, de novas vias e prédios, a concentração de serviços, a exemplos, de bancos, colégios de ordem pública e privada, comércios e indústrias.

Referências

- BARROS, Ivan. **Abrindo a janela do tempo**. Alagoas: Graciliano Ramos, 2006.
- BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura, 5, 1995.
- FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista** – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde S. de Medeiros. ARAÚJO, Brás José de. **Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)**. FGV/CPDOC, 2009.
- MONTEIRO, Charles. **Entre História Urbana e História da Cidade: Questões e debates**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 101-112
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em Confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá** – Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre Práticas e Representações: A cidade do possível e a cidade do desejo. In: Ribeiro, L. C. Q.; Pechman, R. (Org.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Entrevista

- BARROS, Ivan Bezerra de. [76 anos] [março 2018]. Entrevistadora: Lourença Joyce M. Barbosa. Palmeira dos Índios, AL, 27 de março de 2018.
- VITÓRIO, Ricardo. [68 anos]. [abril 2018]. Entrevistadora: Lourença Joyce M. Barbosa. Palmeira dos Índios, AL, 10 de abril de 2018.